

Mala Direta Endereçada
Nº. 10.483.593/0001-48
Editora Gráfica Voz Regional LTDA



Ano XVII - Edição 970

Porto Velho - RO, 10 de março de 2026

R\$ 2,00

Dupla é presa após furtar 13 peças de carne de restaurante em Porto Velho

PÁGINA 06

TJRO mantém condenação de ex-prefeita e marido por improbidade administrativa

A sentença determinou a suspensão dos direitos políticos dos dois condenados pelo prazo de oito anos, além da proibição de receber incentivos fiscais ou firmar contratos com o poder público por dez anos.



Também foi estabelecido o ressarcimento ao erário municipal pelos danos causados, valor que ainda será apurado durante a fase de execução da decisão, além da aplicação de multa civil.

No caso específico do marido da ex-prefeita, a Justiça também determinou a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, relacionados à utilização dos equipamentos da prefeitura em benefício da propriedade particular.

O julgamento ocorreu em sessão eletrônica realizada entre os dias 2 e 6 de março de 2026, sob relatoria do desembargador Gilberto Barbosa, com participação dos juízes convocados Ilisir Bueno Rodrigues e Flávio Henrique de Melo.

(PÁGINA 02)

Justiça determina que prefeitura de Porto Velho mantenha repasse de 5% à Câmara Municipal



Decisão judicial suspende corte no duodécimo e restabelece repasse previsto na Lei Orçamentária.

PÁGINA 02

TCE aponta irregularidades em contrato de iluminação pública em Costa Marques



Irregularidades em contrato de iluminação pública geram responsabilização e cobrança de valores.

PÁGINA 03

Gazin Porto Velho goleia União Cacoalense e assume a liderança do Rondoniense



Após tomar gol Locomotiva vira e vence União Cacoalense por 4 a 1.

PÁGINA 08

TJRO mantém condenação de ex-prefeita e marido por improbidade administrativa

Os julgadores da 1ª Câmara Especial do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) mantiveram a sentença do Juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Guajará-Mirim que condenou a ex-prefeita do município, Raissa da Silva, e o marido dela, Antônio Bento, por ato de improbidade administrativa. A condenação ocorreu após a constatação de que, em janeiro de 2023, maquinários da prefeitura — um trator com calcareadeira e uma retroescavadeira — além de servidores municipais, foram utilizados para espalhar calcário em propriedade particular pertencente ao casal.

De acordo com a decisão judicial, o uso de equipamentos e mão de obra pública para benefício privado caracteriza desvio de finalidade e violação aos princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, moralidade e impessoalidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

A sentença determinou a suspensão dos direitos políticos dos dois condenados pelo prazo de oito anos, além da

proibição de receber incentivos fiscais ou firmar contratos com o poder público por dez anos. Também foi estabelecido o ressarcimento ao erário municipal pelos danos causados, valor que ainda será apurado durante a fase de execução da decisão, além da aplicação de multa civil.

No caso específico do marido da ex-prefeita, a Justiça também determinou a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, relacionados à utilização dos equipamentos da prefeitura em benefício da propriedade particular.

A defesa do casal apresentou recurso de apelação alegando cerceamento de defesa e solicitando a anulação da sentença. No entanto, os magistrados da 1ª Câmara Especial entenderam que não houve qualquer violação ao direito de defesa durante a tramitação do processo, mantendo integralmente a decisão de primeira instância.

O julgamento ocorreu em sessão eletrônica realizada entre os dias 2 e 6 de



Uso de maquinário público em propriedade privada motivou condenação por improbidade.

março de 2026, sob relatoria do desembargador Gilberto Barbosa, com participação dos juízes convocados Ilisir Bueno Rodrigues e Flávio Henrique de Melo.

Segundo o Tribunal de Justiça, a manutenção da condenação reforça o entendimento de que o uso indevido de bens públicos para fins particulares configura ato grave de improbidade administrativa, sujeito a sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021. A decisão também reafirma a necessidade de responsabilização de agentes públicos que utilizam a estrutura do Estado para benefício próprio.

Justiça determina que prefeitura de Porto Velho mantenha repasse de 5% à Câmara Municipal

A Justiça decidiu nesta segunda-feira (9) que a Prefeitura deve manter o repasse mensal de 5% do orçamento municipal à Câmara de Vereadores, conforme previsto na Lei Orçamentária de 2026. A decisão suspende a redução para 4,5% que havia sido aplicada anteriormente e que provocou cortes administrativos no Legislativo.

Com a diminuição do repasse, a Câmara havia adotado medidas de contenção de despesas, incluindo demissões de servidores e redução de benefícios internos, como forma de adequar o funcionamento da Casa ao novo limite financeiro.

Ao analisar o caso, o juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa entendeu que a alteração no percentual de repasse poderia comprometer a autonomia do Poder Legislativo e afetar o funcionamento das atividades parlamentares.

Segundo a decisão, o orçamento aprovado para o exercício financeiro deve ser respeitado, garantindo previsibilidade administrativa e financeira à Câmara Municipal.

A determinação judicial possui caráter provisório, mas restabelece o repasse originalmente previsto na Lei Orçamentária até nova deliberação do Judiciário.

A Prefeitura terá o prazo de cinco dias para comprovar o cumprimento da decisão. Até lá, os repasses deverão seguir o percentual de 5% estabelecido no orçamento vigente.

A decisão também destaca que o chamado “duodécimo”, repasse constitucional destinado ao funcionamento do Legislativo, deve respeitar os limites e critérios previstos na Constituição Federal, garantindo independência entre



Decisão judicial suspende corte no duodécimo e restabelece repasse previsto na Lei Orçamentária.

os Poderes e evitando interferências que possam comprometer a atuação institucional da Câmara Municipal.



DIÁRIO RO
diario.ro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diario.ro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

TCE aponta irregularidades em contrato de iluminação pública em Costa Marques

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) julgou irregular a Tomada de Contas Especial que apurou possíveis danos ao erário na execução de contrato para manutenção de iluminação pública em LED no município de Costa Marques. A decisão consta no Acórdão APL-TC 00016/26, relatado pelo conselheiro Paulo Curi Neto e aprovado em sessão do Pleno realizada entre os dias 23 e 27 de fevereiro de 2026.

Segundo o tribunal, foram identificadas irregularidades como sobrepreço, superfaturamento, pagamento em duplicidade e despesas liquidadas sem comprovação da efetiva execução dos serviços. As irregularidades resultaram na imputação de débitos que, somados e atualizados, ultrapassam R\$ 230 mil aos responsáveis e à empresa contratada.

Entre os apontamentos do TCE está a realização de pesquisa de preços baseada apenas em cotações de fornecedores locais, sem comparação com referenciais oficiais de mercado, o que

teria contribuído para a contratação com valores superiores aos praticados. Também foi constatado pagamento por serviços sem comprovação adequada de execução.

A decisão responsabilizou o pregoeiro responsável pelo processo licitatório, membros da comissão de recebimento e a empresa contratada, determinando a devolução dos valores aos cofres do município e aplicação de multas administrativas.

O tribunal estabeleceu prazo de 30 dias para o recolhimento dos débitos e penalidades, sob pena de cobrança judicial. A Corte também determinou que a prefeitura aperfeiçoe os mecanismos de fiscalização e controle na execução de contratos públicos, especialmente nas etapas de liquidação e pagamento das despesas.

Durante o julgamento, o Tribunal também reconheceu a exclusão de um dos envolvidos inicialmente citados no processo, após entender que não houve



Irregularidades em contrato de iluminação pública geram responsabilização e cobrança de valores.

relação direta entre sua atuação e as irregularidades constatadas na execução do contrato.

Além da devolução dos valores, o TCE reforçou a necessidade de maior rigor na elaboração de pesquisas de preços e no acompanhamento da execução contratual, destacando que falhas nesses procedimentos podem resultar em prejuízos ao erário e responsabilização administrativa dos agentes públicos envolvidos.

Avaliada em R\$ 22 mi, fazenda de 952 hectares será destinada para reforma agrária em Rondônia

A Justiça Federal em Rondônia reconheceu como área pública uma fazenda de 952 hectares localizada no município de Buritis. A decisão atende manifestação do Ministério Público Federal (MPF) em ação de oposição proposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que busca retomar a posse da área conhecida como Fazenda São Francisco.

De acordo com dados do Atlas do Mercado de Terras do Incra de 2025, que utiliza o parâmetro do Valor Total do Imóvel (VTI), a propriedade está avaliada em aproximadamente R\$ 22 milhões. O imóvel está situado na Linha 2 do Projeto de Assentamento Santa Helena, abrangendo os lotes 262 a 275 da Gleba I.

Segundo o processo, a área foi ocupada sem autorização formal da União ou do Incra. O ocupante alegou que utiliza parte dos lotes desde 2010, mas a Justiça entendeu que a permanência no local ocorreu de forma irregular, sem qualquer título que autorizasse a posse legítima do imóvel.

Na decisão, a Justiça destacou que bens públicos possuem natureza jurídica

ca indisponível e imprescritível. Assim, a posse por particulares somente pode ser reconhecida quando houver consentimento expresso do ente público proprietário, o que não ocorreu no caso analisado.

O entendimento judicial também estabelece que a ocupação irregular caracteriza mera detenção precária, sem gerar direito de retenção da área ou indenização por eventuais benfeitorias realizadas. A decisão ressalta ainda que o tempo de permanência ou a eventual boa-fé do ocupante não são suficientes para legitimar a posse de terras públicas.

A sentença reforça a atuação do Incra e do MPF na proteção do patrimônio da União e no combate à ocupação irregular de terras públicas, prática que tem sido alvo de diversas ações judiciais na região amazônica. A área deverá ser reintegrada ao domínio público para que o órgão federal possa adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a destinação da terra a políticas de reforma agrária ou regularização fundiária.

Casos semelhantes têm sido acompanhados pelo Ministério Público Fe-



Decisão reforça controle sobre ocupações irregulares em terras da União.

deral em Rondônia, especialmente em áreas de assentamentos rurais, onde ocupações sem autorização oficial podem comprometer programas de reforma agrária e a correta distribuição de terras públicas destinadas à agricultura familiar.

Além da retomada da área, a decisão judicial também reforça a necessidade de maior fiscalização fundiária na região de Buritis e em outros municípios do interior de Rondônia, onde conflitos e ocupações irregulares de terras públicas ainda são recorrentes. O caso evidencia a importância do controle sobre áreas destinadas a projetos de assentamento, garantindo que elas cumpram sua função social e sejam utilizadas conforme as políticas públicas de reforma agrária e desenvolvimento rural.

Gasolina em Porto Velho: revenda é a mais cara, mesmo com custo de distribuição semelhante ao do interior



Dados revelam que revenda na capital foi a única registrada com valor acima de 7 reais; especialista fala em preço artificial.

Mesmo após a redução de R\$ 0,14 anunciada pela Petrobras no preço da gasolina nas refinarias, consumidores de Porto Velho continuam pagando valores elevados nos postos. Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis indicam que, em fevereiro, o preço médio do combustível na capital rondoniense chegou a ultrapassar R\$ 7 por litro, mantendo patamar superior ao observado em alguns municípios do interior do estado. Especialistas apontam

que o valor final da gasolina não depende apenas da Petrobras.

O preço pago pelo consumidor inclui fatores como frete, mistura obrigatória com etanol, impostos e a margem de lucro de distribuidoras e postos de combustíveis. Em janeiro de 2026, por exemplo, houve aumento do ICMS sobre os combustíveis, que passou de R\$ 1,47 para R\$ 1,57 por litro, impactando diretamente o preço nas bombas.

Outro fator que in-

fluenciou o custo foi a alta do etanol hidratado, que registrou aumento superior a 10 centavos entre o fim de 2025 e as primeiras semanas de 2026. Como o etanol anidro — utilizado na mistura obrigatória com a gasolina — é derivado do mesmo processo produtivo, o aumento também pressionou o preço final da gasolina vendida nos postos.

Segundo o economista Otacílio Moreira de Carvalho, professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a lógica de mercado e a margem de lucro dos postos também explicam parte da diferença de preços.

De acordo com ele, o setor opera em regime de livre concorrência, permitindo que cada estabelecimento defina o valor do combustível com base em seus custos e estratégias de mercado. Le-

vantamentos indicam ainda que a margem bruta de distribuição e revenda aumentou significativamente nos últimos anos, passando de menos de 10% para cerca de 20% em vários estados. Esse cenário pode ter contribuído para que a redução anunciada pela Petrobras não fosse integralmente repassada ao consumidor.

Outro elemento que encarece o combustível em Rondônia é o custo logístico. Parte da gasolina chega a Porto Velho por via fluvial, a partir de Manaus, enquanto o etanol é transportado do Mato Grosso pela BR-364, rodovia que também possui pedágios e custos adicionais de transporte.

Dados do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia indicam que a dependência da gasolina também contribui para a manutenção

de preços elevados. Na capital, mais de 123 mil veículos utilizam o combustível, enquanto menos de 0,3% da frota possui tecnologias alternativas, como motores elétricos ou veículos movidos a gás natural.

Comparações com cidades do interior reforçam a discussão. Apesar de o custo de distribuição da gasolina ser praticamente o mesmo em municípios como Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, o preço médio ao consumidor em Porto Velho é o único que supera a marca de R\$ 7 por litro.

Procurado para comentar os dados, o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Rondônia (Sindipetro-RO) informou, por meio de sua assessoria, que a entidade não se manifesta sobre a formação de preços ao consumidor.

Justiça manda site de apostas devolver R\$ 337 mil a policial diagnosticado com ludopatia

Uma decisão da Justiça do Distrito Federal determinou que uma plataforma de apostas online devolva mais de R\$ 337 mil a um policial militar diagnosticado com ludopatia, transtorno reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como vício patológico em jogos. O entendimento foi de que a empresa falhou em adotar medidas para impedir perdas excessivas do usuário.

A sentença considerou que a relação entre o jogador e a plataforma configura

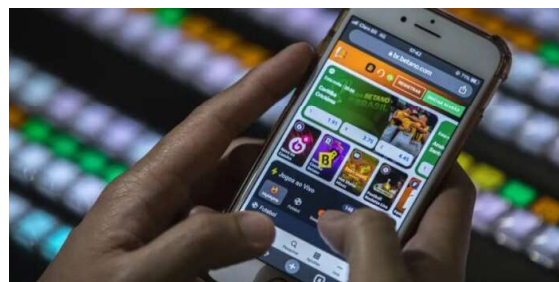
relação de consumo e, portanto, a empresa teria o dever de monitorar comportamentos de risco, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 14.790/2023, que regulamenta as apostas esportivas no Brasil.

Especialistas apontam que a ludopatia ocorre quando o jogador perde o controle sobre o hábito de apostar, passando a comprometer o orçamento familiar, mentir sobre gastos e apresentar sintomas de ansieda-

de e irritação quando tenta parar.

O tema ganhou ainda mais repercussão após um caso ocorrido em Rondônia, onde um servidor público é investigado por desviar mais de R\$ 13 milhões da prefeitura de São Francisco do Guaporé para sustentar o vício em plataformas de apostas.

Advogados destacam que jogadores podem recorrer à Justiça para buscar reparação quando houver indícios de omissão das empresas ou publi-



Decisão inédita no DF se baseia no Código de Defesa do Consumidor; em Rondônia, servidor público desviou R\$ 13 milhões dos cofres da prefeitura.

cidade abusiva. Para isso, é fundamental reunir provas como extratos bancários, registros de acesso às plataformas e comprovantes de depósitos.

Especialistas ressaltam, porém, que a

recuperação do vício exige acompanhamento psicológico e apoio familiar, já que o problema envolve não apenas perdas financeiras, mas também impactos emocionais e sociais na vida do jogador.

Acesso à internet em escolas da rede pública de Rondônia chega a 96,2% em 2025

Rondônia está próxima de universalizar o acesso à internet nas escolas públicas de educação básica. Dados do Censo Escolar 2025 mostram que o estado registrou avanço expressivo na última década, passando de 65,6% das instituições conectadas em 2015 para 96,2% em 2025. O índice supera a média nacional, que alcançou 93,1% no mesmo período.

O crescimento foi ainda mais significativo nas áreas rurais. Enquanto em 2015 apenas 32,8% das escolas do campo tinham acesso à internet, em 2025 o percentual chegou a 88,2%, representando aumento de 55,4 pontos percentuais. Já nas áreas urbanas, o

estado alcançou praticamente a universalização, passando de 93,5% para 100% das unidades conectadas no período.

O avanço também se refletiu em instituições indígenas e de educação especial. Nas escolas indígenas, o acesso à internet saltou de 0% em 2015 para 69,3% em 2025. Já nas instituições de educação especial, o percentual subiu de 80,6% para 99,3%, demonstrando ampliação do acesso às tecnologias digitais em diferentes modalidades de ensino.

Outro indicador relevante aponta que o uso da internet para fins pedagógicos também cresceu de forma

expressiva. Entre 2019 e 2025, o número de escolas públicas com internet disponível para atividades de ensino e aprendizagem passou de 40,5% para 80,7%. No mesmo período, aumentou de 53,5% para 70,5% o número de escolas com computadores disponíveis para uso dos alunos.

Os avanços observados no estado estão alinhados às políticas nacionais voltadas à expansão da conectividade nas escolas públicas. Lançada em 2023, a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) tem como objetivo ampliar o acesso à internet de qualidade, melhorar a infraestrutura elétrica e garantir redes internas de Wi-Fi nas unidades



Dados do Censo Escolar indicam avanço de 30,6 pontos percentuais desde 2015 nas escolas de educação básica no estado.

de ensino. Entre 2023 e 2025, cerca de R\$ 3 bilhões foram destinados a ações de conectividade em escolas estaduais e municipais em todo o país.

Segundo o Ministério da Educação, a meta é garantir que a tecnologia seja utili-

zada como ferramenta pedagógica no processo de aprendizagem. A proposta é permitir que professores utilizem recursos digitais em sala de aula, como vídeos, plataformas educacionais e conteúdos interativos, ampliando as possibilidades de ensino.

Receita Federal anuncia na segunda-feira (16) as novas regras do Imposto de Renda 2026

A Receita Federal do Brasil realizará na próxima segunda-feira, 16 de março, uma coletiva de imprensa para apresentar oficialmente as regras do Imposto de Renda Pessoa Física referentes ao exercício de 2026. O evento está marcado para as 10h, no auditório do Ministério da Fazenda, localizado no Bloco P da Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A apresentação contará com a participação do secretário especial da Receita Federal, Robison Sakiyama Barreirinhas, além de outras autoridades do órgão. Também estarão presentes o subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento, auditor-

-fiscal Gustavo Andrade Manrique; o subsecretário de Gestão Corporativa, auditor-fiscal Juliano Neves; e o auditor-fiscal José Carlos da Fonseca, responsável pelo programa do Imposto de Renda 2026. A diretora de Negócios Econômico-Fazendários do Serpro, Ariadne Fonseca, também participará do anúncio.

Durante a coletiva, deverão ser divulgadas informações como o prazo oficial para entrega da declaração, os limites de obrigatoriedade para os contribuintes, eventuais mudanças nas regras de dedução e as atualizações no programa utilizado para o preenchimento da declaração. A Receita Fede-

ral também costuma apresentar orientações sobre documentos necessários, declaração pré-preenchida e novas funcionalidades do sistema.

Os contribuintes que não puderem acompanhar o evento presencialmente poderão assistir à transmissão ao vivo pelo canal oficial do Ministério da Fazenda no YouTube. Ao final da apresentação, os jornalistas presentes terão a oportunidade de realizar perguntas às autoridades responsáveis pelo anúncio.

Nos últimos anos, a Receita Federal tem ampliado o uso de ferramentas digitais para facilitar o envio das declarações, como o



acesso pelo aplicativo da Receita, o uso da conta gov.br e a ampliação da declaração pré-preenchida, que reúne automaticamente informações financeiras do contribuinte.

A expectativa é que novas melhorias tecnológicas também sejam apresentadas para a declaração de 2026, com foco em reduzir erros e agilizar o processamento das informações.

Tradicionalmente, o prazo de envio da declaração do Imposto de Renda costuma começar em março e se estender até o final de maio.

A Receita alerta que o envio dentro do prazo evita multas e permite ao contribuinte receber eventuais restituições com maior rapidez nos lotes iniciais de pagamento.

PM fecha duas bocas de fumo e apreende grande quantidade de drogas

De acordo com informações apuradas, as guarnições receberam denúncias sobre intensa movimentação de usuários em duas residências já conhecidas pelas forças de segurança como pontos de comercialização de entorpecentes. Diante das informações, os policiais realizaram monitoramento no local e constataram a atividade criminosa.

Durante a ação, equipes do PATAMO e do Canil da Polícia

Militar foram acionadas para dar apoio à ocorrência. Nas buscas realizadas nas residências, o cão farejador auxiliou os policiais indicando locais onde havia drogas escondidas, o que levou à localização de entorpecentes.

No local foram apreendidas grandes quantidades de maconha e crack, além de balança de precisão, materiais utilizados para embalar as drogas e outros objetos

possivelmente ligados à atividade criminosa.

Diante dos fatos, os envolvidos foram detidos e encaminhados juntamente com todo o material apreendido para a UNISP, onde a ocorrência foi registrada e apresentada à autoridade policial para as providências cabíveis.

A ação faz parte das operações da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas, reforçando o trabalho



Uma ação da Polícia Militar realizada na tarde deste sábado (07) resultou no fechamento de duas bocas de fumo e na apreensão de uma grande quantidade de drogas em Jaru.

das forças de segurança no enfrentamento à criminalidade no município.

Dupla é presa após furtar 13 peças de carne de restaurante em Porto Velho

Uma madrugada de prejuízo para um restaurante e de prisão para dois homens na zona Sul de Porto Velho. Luiz Henrique, de 23 anos, e Aldinei, de 27, foram detidos por volta de 1h da manhã deste domingo (8) suspeitos de furtarem diversas peças de carne do estabelecimento Alemão Gourmet, localizado na Avenida Jatuarana, no bairro Eldorado.

De acordo com o boletim de ocorrência, uma guarnição do 5º Alfa do 9º Batalhão, composta pelo 1º sar-

gente Eduardo, cabo E. Lima e 2º sargento Gomes, realizava patrulhamento de rotina quando se deparou com a dupla em atitude suspeita. Os homens carregavam um saco plástico branco e duas mochilas.

Durante a abordagem, os policiais encontraram dentro do saco plástico um total de 13 peças de carne, sendo dez de carne bovina, duas de carne suína e uma de peixe. Questionados inicialmente, os suspeitos alegaram ter recebido os produtos de outra

pessoa. No entanto, após novos questionamentos, eles confessaram que haviam furtado os alimentos de um restaurante nas redondezas.

A equipe policial se deslocou até o local indicado pelos suspeitos e constatou que se tratava do restaurante Alemão Gourmet. No estabelecimento, foi possível verificar que a porta principal, que estava sem cadeado, havia sido levantada para a entrada dos criminosos. No interior, um freezer foi encontrado aberto, de onde as car-



Suspeitos foram flagrados pela PM na Avenida Jatuarana carregando saco com carnes bovina, suína e de peixe; dono do estabelecimento confirmou o furto.

nes foram retiradas.

A responsável pelo restaurante foi contatada e confirmou o furto das mercadorias. Diante das evidências, os dois homens receberam voz de prisão em

flagrante. Eles tiveram os direitos constitucionais garantidos e foram encaminhados para a Central de Flagrantes de Porto Velho, onde permanecem à disposição da Justiça.

Homem é preso após tentar matar vizinhos com faca e proferir ofensas racistas e homofóbicas na capital

Um homem de 35 anos foi preso em flagrante na noite deste domingo (8) após atacar vizinhos com uma faca e proferir insultos racistas e homofóbicos em uma vila de apartamentos localizada na Rua Neuzira Guedes, zona Leste de Porto Velho. De acordo com informações da Polí-

cia Militar, o suspeito iniciou uma discussão com três moradores — uma mulher e dois homens. Após o desentendimento inicial, ele deixou o local, mas retornou minutos depois armado com uma faca.

Em estado de fúria, o homem partiu para cima das vítimas e ten-

tou esfaqueá-las.

Durante as agressões, passou a dirigir ofensas de cunho racista e homofóbico contra um dos vizinhos, utilizando palavras pejorativas relacionadas à cor da pele e à orientação sexual da vítima.

Diante da situação,

as vítimas e testemunhas reagiram rapidamente. Após uma luta corporal, conseguiram imobilizar o agressor e tomar a faca utilizada no ataque.

A Polícia Militar foi acionada e, ao chegar ao local, encontrou o suspeito já contido

pelos moradores. Ele recebeu voz de prisão e foi encaminhado ao Departamento de Flagrantes da Polícia Civil.

O homem agora está à disposição da Justiça e deverá responder pelos crimes de tentativa de homicídio, racismo e homofobia.

Traficante atira contra policiais, foge pela mata e abandona carro com 30 kg de drogas após perseguição

Um motorista furo um bloqueio, disparou contra policiais civis durante a fuga e abandonou um carro carregado com aproximadamente 30 kg de drogas na zona rural de Guajará-Mirim, na noite deste domingo (8).

A operação faz parte de investigações sobre o transporte de drogas entre os municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho.

Neste domingo, policiais montaram uma barreira em um trecho da zona rural. Ao se aproximar do

bloqueio, o motorista acelerou em alta velocidade e passou a atirar contra a equipe.

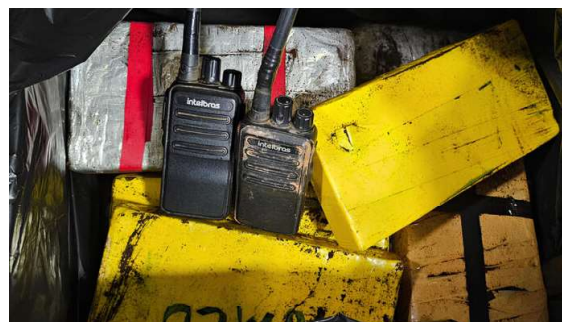
O criminoso iniciou fuga e foi acompanhado pelas viaturas por estradas próximas à rodovia BR-425. Durante cerca de 10 quilômetros de perseguição, ele continuou efetuando disparos para tentar impedir a aproximação policial.

Em determinado momento, o motorista abandonou o veículo perto de uma área de mata fechada e fugiu a pé. Devido à escuridão e à densidade da vegetação, ele não foi loca-

lizado.

Dentro do automóvel, os policiais encontraram diversos tabletes de cocaína e maconha, que totalizaram aproximadamente 30 kg de drogas. Também foram apreendidos 2 rádios de comunicação, 1 base de antena de internet via satélite e um coldre para arma de fogo.

Outras equipes da Polícia Civil participaram das buscas durante toda a madrugada. As investigações continuam para identificar e prender os responsáveis pelo transporte dos entorpecentes.



A operação faz parte de investigações sobre o transporte de drogas entre os municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho.

Motorista é preso embriagado após acidente na região central

O motorista de uma caminhonete Hilux foi preso embriagado na madrugada desta segunda-feira (09), após um grave acidente ocorrido no cruzamento da Avenida Carlos Gomes com Rua Gonçalves Dias, centro de Porto Velho.

No local foi apurado que o veículo modelo Fiat Strada seguia pela Carlos Gomes sentido centro, quando a Hilux invadiu a preferencial e causou a colisão, fazendo a tampa do capô do veículo ser projetado e atingir a janela de um estabelecimento comercial.

Com a chegada da PM foi realizado teste do bafômetro no motorista da Strada, dando resultado 0,23mg/L, apenas medidas administrativas, já o condutor da Hilux que apresentava sinais de embriaguez se recusou

a fazer, e acabou preso após realizado auto de constatação.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026
EXCLUSIVO MEI, ME e EPP - MODO DE DISPUTA
ABERTO**

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO nº 21/2026, do tipo Menor Preço Por Item. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2736/2024 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a aquisição trator cortador de grama potência mínimo de 26HP, conforme termo de convênio n.º 549/2025/PGE-DER ADM, processo SEI n.º 0009.011120/2025-19- convênio celebrado com o Departamento Estadual de Estradas de Rondônia – DER. Processo Administrativo nº 2377/2025. Valor Total R\$: 37.633,33 (trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). Início para cadastro de propostas: 08:00 horas do dia 09 de março de 2026; Limite para cadastro de propostas: 08:30 horas do dia 20 de março de 2026; data de início da sessão pública: 10:00 horas do dia 20 de junho de 2026; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br, ou telefone (69) 3346-1460.

CHUPINGUAIA, 06 de março de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Agente de Contratação/Pregoeiro



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO**

ERRATA 01 PROCESSO 531/2026

Onde se lê:

AVISO DE ADESAO nº 06/25 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 23/25

Se Diz:

AVISO DE ADESAO nº 05/26 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 23/25



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026/SRP
MODO DE DISPUTA ABERTO
EXCLUSIVO MEI, ME e EPP**

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que realizará Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço Por Item. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a futura e eventual aquisição de bens permanentes, destinados à estruturação, organização, modernização e apoio às atividades administrativas e operacionais do Almoxarifado Central e unidades vinculadas atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD. Processo Administrativo nº 281/2026. Valor total de R\$: 153.066,00 (cento e cinquenta e três mil e sessenta e seis reais). Data para recebimento de proposta às 08:00 horas do dia 10 de março de 2026; data para término de recebimento de proposta às 08:30 horas do dia 20 de março de 2026; data de início da sessão pública: às 09:00 horas do dia 20 de março de 2026; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

CHUPINGUAIA, 09 de março de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro

Gazin Porto Velho goleia União Cacoalense e assume a liderança do Rondoniense

O Gazin Porto Velho venceu a rebaixada União Cacoalense no Aluizio Ferreira na tarde deste sábado, a Locomotiva até demorou a abrir o placar e foi surpreendida no finalzinho do primeiro tempo, aos 43 minutos Digão tentou dominar a bola com os pés na entrada da área, mas acabou entregando para Wesley Rafael que foi rápido, se livrou de Digão e bateu para o gol vazio, colocando a Raposa da BR em vantagem.

Vantagem que durou pouco tempo, nos acréscimo aos 50 minutos Luan Viana deixou tudo igual batendo

pênalti, uma cobrança forte no meio do gol. Na segunda etapa a Locomotiva veio mas efetiva, e não demorou para chegar a virada aos seis minutos, Douglas recebeu pela esquerda e finalizou com força para virar o placar para a Locomotiva do Norte.

Após a virada o Gazin Porto Velho foi em busca de mais gols, aos 30 minutos, o atacante Tcharlles aproveitou assistência de Yan e ampliou a vantagem da Locomotiva. O quarto gol saiu nos minutos finais da partida, nos pés de Rafinha que marcou um belo gol fechando o



Após tomar gol Locomotiva vira e vence União Cacoalense por 4 a 1.

placar no Aluizio Ferreira aos 44 minutos, fechando o placar em 4 a 1. Com a vitória o Gazin Porto Velho passa o fim de semana na

liderança, aguardando os resultados dos jogos do Ji-Paraná, na próxima segunda-feira diante do Guaporé no Cassolão e na quinta

feira diante do Genus. Já União Cacoalense se despede do Rondoniense Sicredi sem nenhuma vitória e rebaixado para a série B.

Torneio de xadrez em Porto Velho reúne enxadristas e termina com vitória do mestre nacional Robson Amorim

A entrega de troféus e a cerimônia de premiação marcaram o encerramento do 1º Torneio Porto Velho Chess Club Tornament, realizado na sala de xadrez da Escola Murilo Braga, em Porto Velho. O momento final da competição foi marcado por comemorações, confraternização e demonstrações de espírito esportivo entre os participantes, em contraste com o silêncio e a concentração que caracterizam as partidas disputadas no tabuleiro.

A disputa terminou com a vitória do jovem mestre nacional Robson Amorim, que conquistou o primeiro lugar na classificação geral. O segundo lugar

ficou com o enxadrista Jânio Silva, atleta experiente que acumula títulos estaduais e regionais ao longo de sua trajetória no xadrez. A terceira colocação foi alcançada por Robson Farias, candidato a mestre nacional. Entre os participantes também houve destaque para a presença feminina na competição.

As enxadristas Soífia e Akrischia participaram do torneio e foram mencionadas pela organização pelo desempenho nas partidas e pela disposição em competir diante de adversários considerados experientes.

O torneio foi organizado pelo Clube de

Xadrez Porto Velho (CXPV) com apoio do Clube de Xadrez Rondônia (CXR) e da Escola Murilo Braga. O formato da competição foi adotado dentro dos parâmetros reconhecidos pela Confederação Brasileira de Xadrez (CBX), entidade responsável pela regulamentação oficial da modalidade no país.

De acordo com a organização, esse tipo de torneio ocorre em formato por convite e busca oferecer aos participantes oportunidades de melhorar seu desempenho competitivo. As partidas disputadas podem contribuir para a evolução do rating dos jogadores no sistema



Competição organizada por clubes locais foi realizada na Escola Murilo Braga e integrou calendário de atividades voltadas ao fortalecimento do xadrez em Rondônia.

oficial da CBX e também para o alcance de normas que integram o processo de obtenção do título de mestre nacional.

A realização de torneios, campeonatos abertos e fechados, cursos de arbitragem e intercâmbio entre enxadristas da região

Norte faz parte das iniciativas defendidas pelos clubes que atuam no estado. As entidades são filiadas e reconhecidas pela Confederação Brasileira de Xadrez e buscam fortalecer o desenvolvimento da modalidade em nível local, regional e nacional.